

RESOLUÇÃO CEE/CEB N. 188, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre o credenciamento e renovação da autorização do ensino médio, do **Centro de Ensino em Período Integral Divino Pai Eterno – Trindade/GO**, e dá outras providências.

A **CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ao deliberar sobre o Processo N. **201800044003554** e com base no Voto N. 179, de 05 de abril de 2019,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a mudança de denominação de “**Colégio Estadual Divino Pai Eterno**” para “**Centro de Ensino em Período Integral Divino Pai Eterno**”.

Art. 2º - Recredenciar o **Centro de Ensino em Período Integral Divino Pai Eterno**, localizado na Avenida Francisco Paulo Ramos, N. 670, Vila Pai Eterno, Trindade/GO, como instituição de ensino da educação básica, até 31 de dezembro de 2023.

Art. 3º - Renovar a autorização do ensino médio da referida instituição de ensino, até 31 de dezembro de 2023.

Art. 4º - Determinar que a instituição, durante o período de autorização, cumpra, na íntegra, as exigências abaixo descritas e comprove, no próximo processo de renovação, que cumpriu tais exigências:

I – Adequar a habilitação do corpo docente conforme a formação exigida no Art. 41, Inciso I, da Resolução CEE/CP N. 03/2018:

“Art. 41 (...)

1º A área de atuação docente abrange os componentes curriculares correlacionados ao curso superior em que o docente foi habilitado ou a área de conhecimento, em caso de licenciatura com formação pluridisciplinar.”

II - Determinar a imediata adequação dos Arts. 247 e 250 inciso V, do Regimento Escolar, que trata da queima de documentos, por ferirem a legislação ambiental, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente.

Art. 5º - Determinar que o voto da Câmara de Educação Básica N. 179, de 05 de abril de 2019, da lavra da Conselheira Maria Ester Galvão de Carvalho, seja parte integrante desta Resolução.

Art. 6º - Determinar que se aplique o disposto nos Arts. 165 e 166, da Resolução CEE/CP N. 03/2018, caso se constate o não cumprimento do Art. 4º, desta Resolução.

RESOLUÇÃO CEE/CEB N. 188, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"Art. 165. No processo de avaliação de credenciamento da instituição e de autorização de curso, se for constatada ilegalidade e irregularidade na instituição educacional, caberá apuração, respeitados os princípios de ampla defesa e do contraditório, da motivação, da finalidade, da segurança jurídica, da razoabilidade, da moralidade e da proporcionalidade, com indicação de medidas saneadoras, mediante a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta ou outros, cumprindo os prazos e procedimentos processuais definidos pelo Conselho Estadual de Educação.

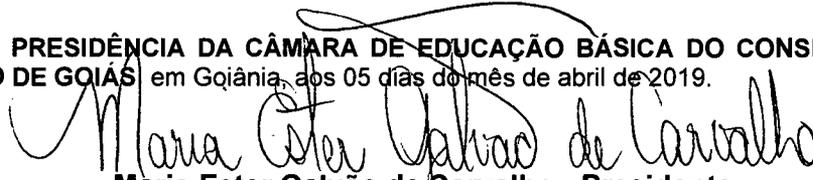
Art. 166. Após a conclusão dos processos de apuração das denúncias, poderão ser adotadas por parte do Conselho Estadual de Educação, em relação à unidade escolar e a seus gestores responsáveis, os seguintes procedimentos: I - Indicação de medidas saneadoras, a serem realizadas em prazos definidos pelo Conselho Estadual de Educação; II - Proibição de novas matrículas; III - Cassação da autorização concedida; IV - Determinação do encerramento das atividades; V - Descredenciamento da instituição; VI - Declaração de inidoneidade dos gestores para atuarem na educação. § 1º A instituição poderá solicitar novo credenciamento e nova autorização somente após sanadas as irregularidades apontadas e observados os termos, as exigências e os prazos determinados na Resolução que aplicou a penalidade. § 2º A inidoneidade dos gestores, prevista no item VI, deverá ser declarada publicamente e ser comunicada aos órgãos e às autoridades competentes."

Art. 7º - Determinar aos gestores escolares que observem e cumpram o determinado na Resolução 008/2018, Art. 7º quanto à adequação do Projeto Pedagógico Documento Curricular do Estado de Goiás, elaborado conforme a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Art. 8º - Determinar que o representante do **Centro de Ensino em Período Integral Pai Eterno** protocole requerimento de renovação de autorização, instruindo-o com base na legislação vigente, especialmente na Resolução CEE/CP N. 03/2018, no Parecer CEE/CP N. 11/2011 e em todas as demais legislações vigentes à época, até 120 dias antes do vencimento deste ato.

Art. 9º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS em Goiânia, aos 05 dias do mês de abril de 2019.



Maria Ester Galvão de Carvalho - Presidente
Brandina Fátima Mendonça de Castro Andrade

Eduardo de Oliveira Silva
Elcivan Gonçalves França
Eliana Maria França Carneiro
Flávio Roberto de Castro
Gláucia Maria Teodoro Reis
Iêda Leal de Souza
Ítalo de Lima Machado
José Teodoro Coelho
Márcia Rocha de Souza Antunes
Marcos Elias Moreira
Maria do Rosário Cassimiro
Maria Euzébia de Lima
Orestes dos Reis Souto
Railton Nascimento Souza